

Rondônia terá US\$ 205 mi para salvar florestas



Fotos Juan Esteves

OLYMPIO BARBANTI JR.
Enviado Especial à Amazônia

O Estado de Rondônia vai ganhar o segundo plano de desenvolvimento em dez anos, sem que os resultados previstos no primeiro estudo tenham sido alcançados. O governo federal está concluindo as adaptações exigidas por técnicos do Banco Mundial (Bird) para que o órgão libere US\$ 205 milhões ao novo projeto, chamado Planaflo. O programa similar de desenvolvimento anteriormente realizado, o Polonoroeste, tem sido responsabilizado por ambientalistas e cientistas como o responsável pelo desenvolvimento desordenado e mesmo selvagem que Rondônia experimenta nessa década, com a destruição de milhares de hectares de floresta amazônica.

Cabe agora ao Planaflo reordenar o crescimento e a ocupação do Estado através de um zoneamento agroecológico, que é a peça em ajuste. Para isto há dois problemas de saída: a) o Planaflo foi elaborado pela mesma equipe de técnicos do Polonoroeste o que pode implicar na continuidade de vícios responsáveis por ter o plano ficado muito aquém de seus objetivos iniciais; b) o novo plano de desenvolvimento não inclui a atividade de mineração, responsável pela receita tributária do Estado ter aumentado cerca de 900% nos últimos 12 meses.

O Planaflo é o mais detalhado plano de desenvolvimento integrado de um Estado já realizado no Brasil. Essa virtude pode ser um defeito. Basta considerar as dificuldades para implantação de qualquer projeto no norte do país, quer pela falta de infra-estrutura técnica ou de mão-de-obra especializada.

O Polonoroeste, por exemplo,

contou com orçamento inicial do Bird de US\$ 426 milhões, mas só conseguiu operacionalizar US\$ 185 milhões. Entre os seus defeitos houve o de assentar famílias trazidas do sul do país através de estudos em mapas cuja cartografia da qualidade de solo estava errada. O dinheiro que sobrou foi utilizado, entre outras coisas, para criar a infraestrutura da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e do Instituto Estadual de Florestas de Rondônia.

Segundo o engenheiro florestal Joel Mauro Magalhães, 42, coordenador do zoneamento agroecológico de Rondônia, o Planaflo possui controles internos que aumentam a confiabilidade em sua operacionalização. Entre eles está a realização de dois mapeamentos agroecológicos, o segundo com maior precisão cartográfica.

O Planaflo dividiu Rondônia em seis áreas. A primeira, localizada na área central do Estado, junto à rodovia BR-364, é reservada às atividades agrícolas, pecuárias e agroflorestais, que deverão ser intensificadas. A segunda coincide com a colonização em terras de média e baixa fertilidade e prevê a exploração agropecuária leiteira e silvopastoril por comunidades de pequenos produtores, e a pecuária de corte.

A terceira área do Planaflo visa o aproveitamento de áreas de várzea dos rios Madeira, Mamoré, Machado e Guaporé associando o extrativismo vegetal, a agricultura de várzea e a pecuária de subsistência. A quarta área destina-se ao extrativismo vegetal, com predominância de seringueira e castanha. Na quinta, serão exploradas as madeiras com valor comercial. A sexta, por fim, inclui as reservas indígenas e florestais que devem permanecer intocadas.

Próximo a uma área de colonização, no centro de Rondônia, o garimpo de cassiterita destrói a floresta amazônica e inviabiliza o assentamento de colonos



Garimpeiro usa jato d'água para derrubar barrancos na busca de minérios

Plano de colonização falhou

Do Enviado Especial

O Polonoroeste teve sua principal falha no planejamento de assentamento de colonos em Rondônia. Primeiro porque o plano aceitou continuar com o projeto de colonização apelidado de "quadrado burro", originado nos gabinetes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Esse projeto foi inadequado porque estabeleceu grandes estradas perpendiculares entre si, ao longo das quais foram demarcados e distribuídos os lotes para a colonização. Os lotes são falhos porque sua divisão não levou em conta a existência de rios nem tão pouco do relevo local. Há lotes sem água e outros recortados por rios e igarapés. Lotes planos e lotes

ingremes.

A segunda questão refere-se à análise da fertilidade da terra, feita com base no projeto Radam Brasil, de 1973. Esse mapeamento foi superficial. Quando os colonos chegaram na terra que deveria ser boa, conforme exigia o Banco Mundial (Bird) para liberar o empréstimo, encontraram um solo de baixíssima fertilidade. Das 15 mil famílias que inicialmente deveriam ser assentadas, somente foi possível implantar loteamentos para 4.900 delas. Ainda assim elas não receberam ao longo dos anos 80 a assistência necessária para desenvolver sua agricultura. Sem recursos, esses colonos passaram a incendiar a floresta para abrir o campo e conseguir uma fertilidade de passageira.



Área de floresta queimada e inundada junto à rodovia BR-364, em Rondônia